

AS CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE A PARTIR DE 1979

Data de Submissão: 24/07/2024

Data de aceite: 26/08/2024

Julio Cezar de Lara

Universidade do Estado de Mato Grosso
Cáceres, Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/0894237757040824>

RESUMO: O desmembramento da porção sul, atual Estado de Mato Grosso do Sul, ocorrida em 1979 provocou alterações no território mato-grossense e no seu percurso sócio-histórico. Aspectos como a ocupação territorial desordenada, incentivo aos fluxos migratórios e novos arranjos políticos possuíram destaque no período pós-divisão territorial. Procurando compreender essas alterações, esta pesquisa tem como objetivo analisar o percurso sócio-histórico de formação do território do Estado de Mato Grosso após a divisão territorial em 1979. Para isso utilizou-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, um estudo bibliográfico, utilização de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e documentos oficiais do governo do Estado de Mato Grosso. Pode-se concluir que os atores de destaque no cenário mato-grossense pertencem a uma elite agrária que apoia,

coordena e, por diversas vezes, assume posições em cargos políticos eletivos como governadores do Estado e senadores da República.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional. Território. Mato Grosso.

THE CHARACTERISTICS OF THE TERRITORY OF MATO-GROSSENSE FROM 1949

ABSTRACT: The dismemberment of the southern portion, current State of Mato Grosso do Sul, which occurred in 1979 caused changes in the Mato Grosso territory and its socio-historical path. Aspects such as disorderly territorial occupation, encouraging migratory flows and new political arrangements were highlighted in the post-territorial division period. Seeking to understand these changes, this research aims to analyze the socio-historical path of formation of the territory of the State of Mato Grosso after the territorial division in 1979. For this purpose, descriptive research with a qualitative approach was used, a bibliographic study, use secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Superior Electoral Court (TSE) and official documents from

the government of the State of Mato Grosso. It can be concluded that the prominent actors in the Mato Grosso scene belong to an agrarian elite that supports, coordinates and, on several occasions, assumes positions in elected political positions such as State governors and Senators of the Republic.

KEYWORDS: Regional Development. Territory. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960 o Estado de Mato Grosso passou a ser uma alternativa real para auxiliar na solução de problemas nacionais e conseqüentemente realizar a ocupação dos “espaços vazios”. Regras tradicionais tiveram alterações como por exemplo o conceito de “uso da terra” sendo substituído por “posse legal”. A nova realidade se manifestou com a intensificação da industrialização da agricultura, acentuamento da heterogeneidade estrutural da agricultura e a expulsão de áreas antigas dos minifundiários (Castro *et al*, 1994). Conforme os autores a ocupação do Mato Grosso veio a ocorrer tanto pela grande empresa como pelo pequeno produtor, ou seja, aquele com fins especulativos e aqueles que iriam produzir para se alimentarem.

Assim o constante crescimento populacional percentual, acima de outros estados brasileiros, e o envio de diversos incentivos e políticas federais, destinadas ao crescimento financeiro e econômico, gera o fortalecimento de movimentos separatistas que entendiam ser inevitável a divisão do Estado. Dessa forma as origens do movimento que resultaria na segunda divisão do Estado de Mato Grosso encontram-se no fim do século XIX, decorrente de aspectos econômicos, sociais e políticos que marcaram o início do regime republicano (Calvacante; Rodrigues, 1999; Póvoas, 1992), como pode-se observar em 1937 onde as constantes lutas entre os coronéis nortistas e sulistas, na disputa do poder local, resultava no não desenvolvimento do território e a nomeação de interventores federais que reprimiam movimentos separatistas do Sul.

Eram várias as justificativas para a divisão do Estado: A grande extensão territorial, a diversificação do processo de povoamento, as condições históricas e econômicas (Calvacante; Rodrigues, 1999). Em 1959 com a eleição de um mato-grossense do Sul para a presidência da República (Jânio Quadros) a campanha divisionista ressurgiu pelos sulistas com o slogan “dividir para multiplicar”, enquanto os nortistas tinham a esperança na transformação de Mato Grosso em um Estado grande, com potencialidade de suas riquezas naturais e um dos mais importantes da Federação (Póvoas, 1992, p.122).

Não havendo sucesso na empreitada de 1959, os sulistas continuaram as ofensas aos nortistas dizendo-lhes que “viviam às expensas do Sul” (Póvoas, 1992, p.122). Só em 1963 que as lideranças do empresariado e da sociedade cuiabana, já cansados das ofensas dos mato-grossenses do Sul, assinam um manifesto na capital Cuiabá para divisão do estado de Mato Grosso, encontrando terreno propício se alaistrando rapidamente (Póvoas, 1992).

Desta forma o desmembramento entre a porção norte e a porção sul do Estado foi promulgada pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 e o novo Estado (Mato Grosso do Sul) foi instalado em 1º de janeiro de 1979. Vale destacar que a Lei Complementar que dividiu o Estado não foi promulgada mediante a aprovação da população através de um plebiscito, na prática foi efetivada por um ato arbitrário do presidente militar Ernesto Geisel. Mediante o exposto pergunta-se: Quais foram os aspectos sócio-históricos que marcaram o território mato-grossense a partir da divisão do Estado em 01 de janeiro de 1979?

Em vista do exposto este artigo possui como seu objetivo geral realizar a análise do percurso sócio-histórico de formação do território mato-grossense a partir de 1979 e para atingir este objetivo houve a realização de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa realizada através de um estudo bibliográfico com a utilização de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e documentos oficiais do Estado de Mato Grosso.

CARACTERÍSTICAS DE UM TERRITÓRIO

Reis (2005) propõe que ao analisar um território deve-se investigar sua genealogia atribuindo um papel ativo de ação nos processos. Para o autor a interpretação territorialista deve incluir a natureza das estruturas e das dinâmicas dos sociedade e da economia; o modo como se alcança a coordenação dos processos coletivos; o papel desempenhado pelos atores intervenientes e as relações (hierárquicas ou não) entre atores e processos diferentes de escalas espaciais. Assim o conceito de território compreenderá o conjunto de atores, interações, poderes, capacidade e iniciativas societais, ou seja, a formação de um território resultará da expressão e dos produtos das interações que os atores protagonizam, considerando três aspectos: proximidade, atores e interações.

Proximidade

Para Reis (2005) a proximidade se manifestará no contexto e nas relações entre as pessoas, nas ordens relacionais e na consolidação das culturas e das instituições. A proximidade também é apontada pelo autor como uma das três dimensões da estrutura e das dinâmicas territoriais que, em conjunto com a densidade, formarão uma rede interna dos territórios, mostrando toda a capacidade dinâmica existente e é claro, podendo existir conflitos, ausências e tendências regressivas.

Atores

O resultado das ações dos atores forma um território. Reis (2005) concorda com a ideia de que os territórios serão resultado de construções sociais, discursivas e materiais, observando que as relações em que atores participam não são todas iguais, nem nas mesmas escalas ou se quer estáticas. Para o autor existem atores em posições desiguais e com uma fração de poder que será notada quando for utilizada em redes relacionais. Estas relações entre os atores são dinâmicas e podem acontecer nos sentidos verticais ascendentes, descendentes ou laterais. Assim um ator pode, em um dado contexto, possuir um poder inferior, mas, em outro contexto, possuir um poder equilibrado.

Interações

As interações possibilitam a formação do território. Conhecer e entender as interações entre os atores que protagonizam esta formação é essencial para compreensão da genealogia do território. As construções sociais, discursivas e materiais realizadas pelos atores, chamada por Reis (2005) de construtividade resultam dos contextos de interações amplas como a criação de emprego, formação de iniciativas, governação (modo de como se manifestam e organizam os interesses coletivos), inovação e organização produtiva. A dimensão, citada pelo autor, que caracteriza as interações continuadas é a densidade, onde se encontra os aprendizados e as externalidades cognitivas que coordenam as ações dos atores sociais sobre uma ordem constitucional.

Para Reis (2005) o desafio, ao procurar definir as características de um território, não está em sua classificação ou rotulação de particularidades, mas sim na dedução das resultantes de suas inter-relações e na capacidade de mapear a morfologia do poder e da transformação de um território.

UM TERRITÓRIO DIVIDIDO? MATO GROSSO PÓS 1979

A divisão do estado de Mato Grosso fez com a política de colonização oficial sofresse alterações. A partir de 1978 houve uma ação conjunta entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (que até então não possuía o papel de realização de fiscalização em empresas particulares de colonização) e as cooperativas. O objetivo declarado pela política de colonização oficial era o acesso à terra para pequenos produtores, quando na realidade, argumentam Castro *et al* (1994, p. 266) “o que se buscava era a racionalidade da ocupação das terras através de uma ordenação dos fluxos migratórios”.

Castro *et al* (1994) argumentam que a colonização oficial ocorrida no Norte de Mato Grosso foi, no primeiro momento, efetivada por pequenos produtores expulsos de áreas em que vinham causando tensões sociais, principalmente no Rio Grande do Sul. A união das cooperativas com o governo federal nos projetos de colonização possibilitou um direcionamento ao desenvolvimento agrário com a política de transferência dos pequenos

produtores do sul [Brasil] para a Amazônia [legal]. Para França (2015) o governo entregava nas mãos das grandes colonizadoras a responsabilidade pela ocupação do território norte e sudoeste do Mato Grosso, por serem regiões menos populosas e com terras públicas enormes a serem ocupadas.

Literalmente, a terra não era apenas, como na visão econômica dos *fisiocratas*, a única geradora de riqueza, mas, dentro da dinâmica capitalista, era a principal mercadoria desse período na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro, de modo que o tostão trazido nos bolsos dos migrantes, às vezes pequenos proprietários no Sul, aqui se transformaram em milhões. Os pequenos alqueires do Sul foram transformados em milhares de hectares, cujos olhos não alcançam a última cerca. (França, 2015, p. 78)

Conforme Nunes, Gatti e Sobrinho (2008) com a divisão territorial o atual estado de Mato Grosso, passou a beneficiar totalmente dos programas das regiões amazônica e centro-oeste e outros programas de incentivo a grandes empreendimentos que foram disponibilizados pela SUDAM: Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) criado em 1981 para financiar obras de infraestrutura e implantar projetos de colonização nas áreas de influência da BR-364 e o Programa de Desenvolvimento Integrado Eixo Norte-BR 163 (PRODIEN) criado em 1984 para fomentar a infraestrutura viária da região de influência da BR 163.

Com os planos e programas de incentivo ocupacional do governo federal o estado de Mato Grosso, no período de 1964 e 1985, foi alvo de grandes fluxos migratórios oriundos de todas as partes do Brasil, sendo uma das consequências desses fluxos os paradoxos de um desenvolvimento desequilibrado: desmatamento, surgimento de novos municípios, crescimento sem planejamento de cidades, aumento de conflitos sociais no campo e na cidade, desemprego e subemprego, ausência de uma política ambiental sustentável (Nunes; Gatti; Sobrinho, 2008).

Os incentivos governamentais dispostos pelos governos militares promoveram um modelo de privatização de terras públicas que beneficiaram os grandes projetos agropecuários e madeireiros no território mato-grossense fazendo surgir novos núcleos urbanos que viriam a se tornar municípios importantes política e economicamente, conforme demonstra-se na tabela 1.

MUNICÍPIO	1991	2000	2010	2021*	MESORREGIÃO**
Alta Floresta	46.474	46.982	49.164	52.105	Norte
Lucas do Rio Verde	6.693	19.316	45.556	69.671	Norte
Nova Mutum	5.542	14.818	31.649	48.222	Norte
Tangará da Serra	39.848	58.840	84.076	107.631	Sudoeste
Primavera do Leste	12.523	39.857	52.066	63.876	Sudeste
Sorriso	12.335	35.605	66.521	94.941	Norte
Sinop	38.374	74.831	113.099	148.960	Norte

* População estimada pelo IBGE

** Regiões conforme definição do IBGE

Tabela 1. Municípios com origem de colonização privada mais populosos em MT

Fonte: França (2015) com adaptações.

Em 2021, dos 12 (doze) municípios mais populosos do estado de Mato Grosso 07 (sete) foram formados a partir de processos iniciados por colonizadoras privadas nos anos de 70, 80 e 90. Importante destaque realizado por França (2015) foi sobre a mesorregião Centro Sul, onde se localizam as ocupações mais antigas e a capital do estado - Cuiabá. Nesta mesorregião não houve formação de território por colonizadoras privadas.

Percebe-se que com a divisão do estado do Mato Grosso, ocorrido em 1979, e o processo de reabertura democrática no Brasil, ocorrido em 1983, houve uma reordenação nos arranjos políticos. Para verificarmos estes dados apresenta-se no quadro 1 a lista de governadores eleitos, períodos de atuação e perfil.

GOVERNADOR	PERÍODO	PERFIL*
Julio José de Campos	1983-1986	Empresário (comunicação)
Carlos Gomes Bezerra	1987-1990	Advogado
Jayme Veríssimo de Campos	1991-1995	Pecuarista
Dante Martins de Oliveira	1995-2002	Engenheiro Civil
Blairo Borges Maggi	2003-2010	Empresário (agronegócios)
Silval da Cunha Barbosa	2010-2015	Empresário (mineração/comunicação)
José Pedro Gonçalves Taques	2015-2019	Servidor Público Federal (Procurador)
Mauro Mendes Ferreira	2019-presente	Empresário (metalúrgico/energia)

* Todos os governadores eleitos possuem o perfil político.

Quadro 1. Governadores eleitos no Mato Grosso após redemocratização do Brasil, em 1983.

Fonte: Autor, 2024.

A partir do mandato de Blairo Maggi (2003-2010) um dos empresários mais influentes político e economicamente do agronegócio no Brasil que esteve no comando do estado de Mato Grosso por dois mandatos consecutivos e apoiou a eleição de seu vice-governador (Silval Barbosa) elegendo-o para o período de 2010-2015, as duas próximas coligações vencedoras para comandar o estado tiveram apoio pessoal de grandes empresários do setor de agronegócios. Pedro Taques (2015-2019) teve como vice-governador (e atual senador da república por Mato Grosso) Carlos Fávaro, empresário do agronegócio que declarou nas eleições de 2014 o total de bens em R\$ 1.677.824,43. Já Mauro Mendes (2019-presente) teve como vice-governador Otaviano Pivetta que declarou nas eleições de 2018 o total de bens em R\$ 379.456.426,93.

Assim, com a produção de diversas monoculturas como Cana de Açúcar, Soja, Milho, Algodão, a criação de gado em larga escala e diante das reconfigurações espaciais, demográficas e políticas, o território que forma o estado de Mato Grosso, após 1979, sofreu transformações econômicas ligadas ao agronegócio e a agroindústria de alimentos e o colocou na condição de um dos principais produtores de grãos e pecuária do país, revertendo sua situação de um estado pobre e endividado pela divisão territorial para um estado economicamente rico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Reis (2005) para compreendermos a genealogia dos processos socioeconômicos precisa-se analisar as tensões estruturais que formam o território (ou as espacialidades) das sociedades, analisando as ordens relacionais que estão representadas nos territórios.

Neste trabalho procurou-se, de maneira simples e objetiva, apontar as características sócio-histórica que formaram o território mato-grossense pós divisão em 1979. Demonstrou-se que incentivos governamentais e grandes empreendimentos de colonizadoras privadas propiciaram a formação de elites agrárias que atualmente comandam o território político e economicamente.

Em outras palavras, percebe-se que no território mato-grossense os atores de destaque pertencem a uma elite agrária que apoiam, coordenam e, por diversas vezes, assumem posições em cargos eletivos como governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e prefeitos. Estas coalizações restritas que contam com uma concentração de poder político e econômico afetam, conforme Favareto (2019), diversos grupos sociais na sua capacidade de influenciar o Estado. Essa realidade sustenta o que o autor descreve como círculo vicioso de extração, prejudicando a equidade territorial.

Procurou-se deixar claro que as interações no território mato-grossense objetivam o crescimento econômico, muitas vezes inseridas em um pseudodiscurso de desenvolvimento regional, mesmo consciente que a ideia crescimento econômico foi descartada como sinônimo de desenvolvimento regional. No caso do território mato-grossense quem visualiza o crescimento econômico como desenvolvimento, são os mesmos que lucram e produzem seu próprio enriquecimento.

Por fim, entendemos que o território é resultante da ação humana e ele irá depender da proximidade entre as pessoas, dos atores ativos e interações continuadas para alterar seu *status quo*, na tentativa de iniciar um ciclo virtuoso criando um território inclusivo. Para a criação de um território inclusivo no Mato Grosso será necessário encontrar o espaço, entre a fissura e a rearticulação, onde os atores menos favorecidos demonstrem que este território pode transpor a ideia de ser o “Celeiro do Brasil”, por ser um estado produtor de monoculturas e criador de gado, apresentando outras riquezas não estritamente econômicas como seus biomas (Pantanal, Cerrado e Amazônico) e as culturas dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”. Caderno do NERU. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

CAVALCANTE, Else; RODRIGUES, Maurim. Mato Grosso e sua história. Cuiabá: Ed. Dos Autores, 1999.

FAVARETO, Arilson. Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial – acelerar a transição de paradigmas. In: SILVEIRA; DEPONTI. Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. Disponível em: <http://observadr.org.br/portal/wp-content/uploads/2020/08/EbookDesenvolvimentoRegional.pdf>

FRANÇA, Raimundo. Política e Sociedade no Mato Grosso: A democracia sob “controle” (1994-2010). Curitiba: CRV, 2015.

NUNES, Maria Aparecida; GATTI, Flávio; SOBRINHO, Rosangela Alves. Políticas territoriais e desenvolvimento regional no Estado de Mato Grosso. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - SIDIR. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, 2008.

PÓVOAS, Lenini C. Síntese de História de Mato Grosso. 2 ed. Cuiabá: Ed. Resenha, 1992.

REIS, José. Uma epistemologia do Território. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 51-74, 2005.